

UTOPIA DE TOMÉ DE SOUSA BELO: (DES)ENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE EM MAZAGÃO

Maria Deuza da Silva Belo[1]
João Paulo de Souza Bezerra[2]
Antonio Diego Ferreira Chagas[3]
Debora Mate Mendes[4]
Galdino Xavier de Paula Filho[5]

Círculo de Saber: Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais.

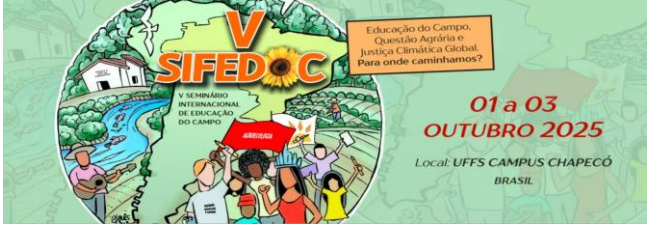
Resumo: Este trabalho analisa criticamente as tensões entre (des)envolvimento e sustentabilidade no município de Mazagão-Amapá, a partir da utopia de Tomé de Sousa Belo, pensador popular, amazônida, extrativista, sindicalista e ambientalista. O objetivo é compreender como sua proposta da "política do cuidado", enraizada nos ciclos da floresta e nos laços comunitários, oferece fundamentos éticos e pedagógicos para repensar o modelo desenvolvimentista hegemônico. A pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, dialogando com referenciais críticos que articulam território, saberes ancestrais, educação do campo e justiça ambiental. A Escola Família Agroextrativista do Carvão, inspirada na Pedagogia da Alternância, é apresentada como uma experiência concreta de resistência e reexistência e afirmação territorial. Conclui-se que, a utopia de Tomé Belo, não é uma fuga da realidade, mas uma prática insurgente que articula ancestralidade, formação comunitária e sustentabilidade vivida, revelando que outros mundos não apenas são possíveis, mas já estão sendo vividos.

Palavras-chave: (Des)envolvimento; Sustentabilidade; Educação do Campo

Introdução

O Distrito de Carvão no município de Mazagão, entre o rios e floresta ao sul do Amapá, é um território de contrastes. Ao mesmo tempo em que carrega cicatrizes históricas da colonização e da exploração, pulsa como espaço de resistência, onde práticas de cuidado com a terra, educação comunitária e modos de vida sustentáveis são cultivados com dignidade. Nesse cenário, emerge com força o conceito de (des)envolvimento, entendido aqui não apenas como ausência de progresso, mas

[1] Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: mdeuza78@gmail.com
[2]Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade Iguaçu. E-mail: bezerrajpaulo94@gmail.com
[3] Especialista em Educação Especial pela Faculdade Faveni. Email: diegofferreiraa18@gmail.com
[4] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará. deboramate@unifap.br
[5]Doutor em Agroecologia pela Universidade Federal de Viçosa, E-mail: galdino.filho@unifap.br



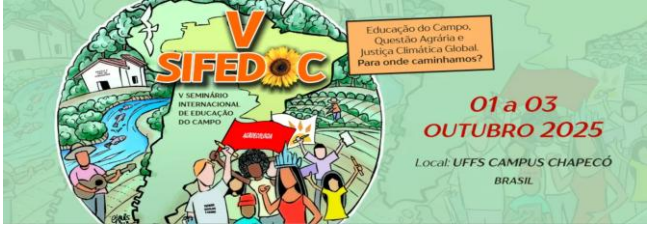
como uma forma de dominação travestida de modernidade um processo que frequentemente silencia e desestrutura saberes e modos de vida locais, como denuncia (Milton Santos, 2000) ao criticar a globalização perversa.

É nesse contexto que se engaja a utopia de Tomé de Sousa Belo, ambientalista, sindicalista, pensador popular e extrativista amazônida, que nos provoca a repensar a vida em sociedade a partir de uma ecologia dos saberes, onde os sonhos coletivos, os laços comunitários e o respeito aos ciclos da natureza orientam o que ele chamou de "política do cuidado". Sua utopia não é subterfúgio, mas radical, exige um rompimento com as estruturas coloniais do pensamento, da cultura, da economia que perpetuam desigualdade e destruição.

Essa junção entre utopia e realidade se concretiza em experiências como a da Escola Família Agroextrativista do Carvão, inspirada na Pedagogia da Alternância, que ressignifica a educação como prática de libertação e afirmação territorial, como propõem Paulo Freire, Roseli Caldart, Miguel Arroyo, Monica Molina e tantos outros. Nesse lugar, a educação não é separada da vida, nem da luta por autonomia, é profundamente vinculada às práticas agroextrativistas, ao Bem Viver e à reexistência dos povos da floresta.

A crítica de autores como Henri Acselrad, Dussel, Escobar, Acosta, Leff e Quijano ao denunciar o “ambientalismo dos negócios” e o uso perverso da sustentabilidade como justificativa aos megaprojetos que violam territórios tradicionais, ajuda a compreender os conflitos em Mazagão. Ao mesmo tempo, vozes insurgentes como Ailton Krenak e Nego Bispo reafirmam que, não precisamos nos adaptar ao mundo como ele está, é o mundo que precisa reaprender a existir em comunhão com a terra, com o tempo da floresta e com a espiritualidade dos povos originários.

O tema deste trabalho, é o tensionamento entre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da experiência amazônica de Mazagão, com foco na atuação de Tomé de Sousa Belo e da Escola Família Agroextrativista do Carvão. O problema central que orienta esta pesquisa é formulado da seguinte maneira; em que medida a utopia de Tomé de Sousa Belo e a prática pedagógica da Escola Família do Carvão oferecem respostas críticas e alternativas ao modelo desenvolvimentista hegemônico?



O objetivo, é refletir criticamente sobre as relações entre (des)envolvimento, sustentabilidade e educação do campo no território de Mazagão, evidenciando as contribuições de práticas pedagógicas e políticas ancoradas no território e nos saberes comunitários.

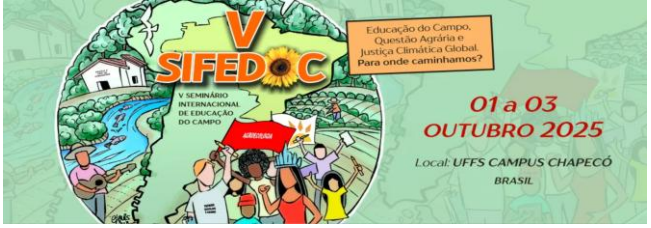
A hipótese que se defende, é que, a utopia de Tomé de Sousa Belo, materializada nas práticas da Escola Família do Carvão, representa não apenas uma resistência ao modelo de desenvolvimento colonial e excludente, é uma afirmação de projeto civilizatório enraizado na ancestralidade, na floresta, nos rios, na educação do campo e na coletividade como princípio. A justificativa deste estudo, reside na urgência de valorizar experiências amazônicas de resistência e criação de alternativas diante da crise ambiental, social e política que ameaça os modos de vida sustentáveis. Trata-se de contribuir para o debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir de vozes e práticas historicamente silenciadas, reconhecendo o potencial epistêmico e político das comunidades amazônicas.

A metodologia adotada, é qualitativa, com base em revisão bibliográfica crítica e análise de experiências concretas vividas no território de Mazagão, em especial a atuação da Escola Família do Carvão e o pensamento de Tomé de Sousa Belo. O trabalho ancora-se em referenciais da ecologia dos saberes, educação do campo e das epistemologias do Sul, articulando teoria e prática, razão e sensibilidade, ciência e ancestralidade.

Portanto, este trabalho propõe uma reflexão crítica e situada sobre o (des)envolvimento e a sustentabilidade no município de Mazagão, tendo como eixo a utopia insurgente de Tomé de Sousa Belo, e como base a experiência concreta da Escola Família Agroextrativista do Carvão. Mais do que um estudo de caso, trata-se de um convite ao deslocamento, sair do centro, ouvir as margens e sonhar, como dizia Tomé, “com a floresta que respira dentro da gente”.

Metodologia

Esta pesquisa se insere no campo da abordagem qualitativa, de natureza descritiva, interpretativa e crítica, orientada pelo paradigma da pesquisa participante e pelos princípios da ecologia de saberes. A metodologia utilizada articula-se ao



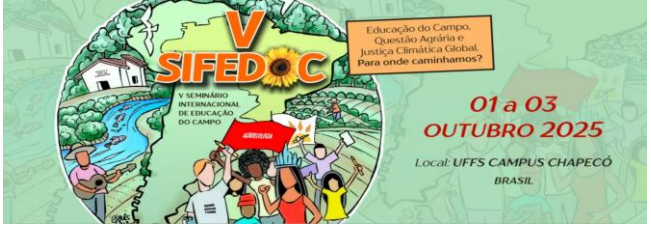
estudo de caso, tendo como ponto analítico a experiência da Escola Família Agroextrativista do Carvão, localizada no município de Mazagão, Amapá, compreendida como expressão de práticas educativas territoriais e da utopia viva proposta por Tomé de Sousa Belo.

Foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica, com base em autores que discutem a Educação do Campo, a crítica ao modelo desenvolvimentista, os conflitos socioambientais e as epistemologias insurgentes, como análise documental de fontes institucionais da escola, projetos pedagógicos e registros comunitários. Além disso, o trabalho se apoia em narrativas orais e memórias vivas do território, especialmente aquelas ligadas à atuação de Tomé de Sousa Belo, cuja trajetória foi documentada por meio de relatos, anotações pessoais e experiências vivenciadas nas comunidades locais.

A metodologia adota o território como categoria central da análise, entendendo-o não apenas como espaço físico, mas como espaço vivido, simbólico e político. O enfoque considera os saberes tradicionais como fontes legítimas de conhecimento e valoriza o vínculo entre pesquisa, educação e compromisso ético com os sujeitos e seus modos de vida. Nessa perspectiva, a pesquisa participante permite a construção coletiva do conhecimento, assumindo uma postura comprometida com os processos de transformação social, conforme destacado por Franco (2002), ao afirmar que, a pesquisa-ação envolve o engajamento direto dos sujeitos no processo investigativo e educativo, sendo simultaneamente prática e reflexão.

(Des)envolvimento como imposição entre a colonialidade e a resistência

O termo “(des)envolvimento”, grafado com o prefixo entre parênteses, não é uma provocação meramente estética, revela contradições internas do conceito que, historicamente, foi construído sob a lógica do progresso capitalista, da acumulação e da negação dos saberes locais. Como nos alerta Milton Santos (2000), o desenvolvimento tal como praticado, é muitas vezes uma forma de “violência simbólica e material”, que homogeneíza os territórios e impõe uma ideia única de modernidade, aquela centrada no consumo, no mercado e na dependência tecnológica e financeira.



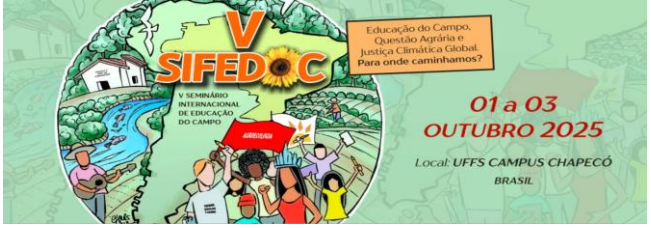
Dussel (1998, p. 328), afirma “O desenvolvimento, tal como concebido a partir do centro, é frequentemente um processo de apropriação e dominação que nega a alteridade dos povos periféricos. ” Na Amazônia, a ideia de desenvolvimento muitas vezes é apropriada por interesses exógenos, transformando-se em uma política de despossessão, degradação ambiental e exclusão de saberes tradicionais.

Escobar (2005) avança na crítica ao desenvolvimento ao afirmar que ele constitui uma “linguagem de poder”, usada historicamente para impor modelos eurocêntricos às populações do Sul Global. Para o autor, é necessário construir uma ecologia de saberes e de práticas alternativas que emergem das próprias comunidades, a partir de suas lutas, cosmovisões e modos de vida. A Escola Família do Carvão, ao articular os saberes comunitários com a formação técnico-científica por meio da Pedagogia da Alternância, concretiza essa perspectiva, funcionando como espaço de produção contra-hegemônica do conhecimento.

Henri Acselrad (2009) chama atenção para o uso estratégico do discurso da sustentabilidade como forma de legitimar empreendimentos que, na prática, violam os direitos territoriais e desorganizam os modos de vida. Essa lógica, muitas vezes respaldada pelo Estado, tem transformado a Amazônia em um “espaço de sacrifício”, como denunciam diversos movimentos socioambientais.

Em Mazagão, os impactos desse modelo se materializam em forma de projetos predatórios, agronegócio, expansão urbana desordenada e desestruturação de comunidades tradicionais. Em nome desse “progresso” chega a destruição das florestas, a poluição e esvaziamento dos rios e o silenciamento de vozes comunitárias como afirma Ailton Krenak (2019, p. 29), “a promessa de um futuro maravilhoso tem servido como desculpa para destruir o presente das comunidades tradicionais”. Nesse cenário, as práticas ancestrais de produção e reprodução da vida como o extrativismo sustentável, o cultivo da terra em roçado, a pesca artesanal e o artesanato são vistos como obstáculos ao “desenvolvimento”, e não como alternativas viáveis e necessárias.

Por outro lado, experiências como da Escola Família Agroextrativista do Carvão demonstram que, a resistência não é apenas reativa, mas propositiva. Nessa perspectiva, a crítica de Nego Bispo (2021) ao “desenvolvimento” é central. Para ele, é preciso romper com a lógica da “plantação de gente”, que instrumentaliza corpos e



terras, e reconhecer os saberes enraizados nos territórios como fundamentos de outros projetos civilizatórios.

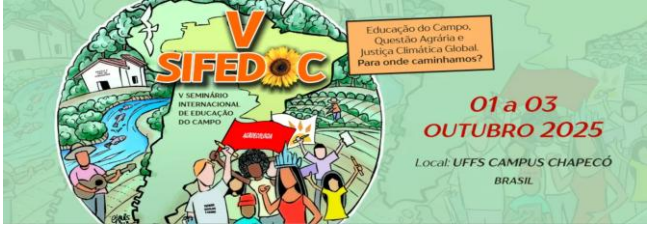
Portanto, pensar o (des)envolvimento em Mazagão, é um chamado a desconstrução de progresso linear, urbano eurocentrado, e abrir espaço para que, outras ideias como de Ailton Krenak (2019) ao propor uma retomada do tempo da Terra onde possa emergir como faróis para uma sustentabilidade que não se compra, mas se vive.

Tomé de Sousa Belo e a utopia como método de libertação

Tomé Belo, não era apenas um extrativista do Amapá, era, sobretudo, um sonhador. Sua utopia, nascida no chão amazônico como de; Chico Mendes (Acre), Pedro Ramos (Amapá) Mariazinha do Coco (Pará), José Cláudio Ribeiro da Silva (Pará), Benki Piyãko Ashaninka (Acre), Doroty Stang (Pará), Txai Suruí (Rondônia), Joênia Wapichana (Roraima), nasce do inconformismo diante da injustiça e da convicção de que o mundo não precisa ser como está. Em suas lutas, a utopia não é uma fuga, mas um método de libertação, uma forma de ver, sentir e intervir na realidade a partir de um horizonte que ainda não existe, mas pulsa no desejo coletivo “A utopia não é um lugar inatingível. É o horizonte que orienta nosso caminhar. Quando damos dois passos em sua direção, ela se afasta dois passos. Mas isso não importa, porque nos faz caminhar ” (ACOSTA, 2016, p. 42).

Sua concepção de utopia dialoga profundamente com o pensamento de Paulo Freire (2002) “ A utopia que nos mobiliza não é algo impossível. Pelo contrário, é viável, necessária, ainda que difícil. É a nossa tarefa histórica torná-la realidade. ” Para Tomé, a utopia mantém viva o inconformismo diante da destruição ambiental, da pobreza imposta e da colonialidade.

Ao mesmo tempo, sua crítica ao (des)envolvimento como projeto colonizador ressoa com a de Nego Bispo, que recusa a ideia de ser “incluídos” em algo que os destrói. Para ambos, o problema não é estar fora do desenvolvimento o problema é ele existir tal como está. Para Bispo, (2021) “Não é que a gente está fora do desenvolvimento. É que o desenvolvimento está fora da gente. Nós somos de outro projeto de mundo”. Sua utopia especialmente na crítica à separação entre humanidade e natureza se alinha as críticas de Krenak. “ A floresta é um ente. Não é



um almoxarifado de madeira, nem um banco de recursos genéticos. É um ser com o qual nos relacionamos" (Krenak, 2020).

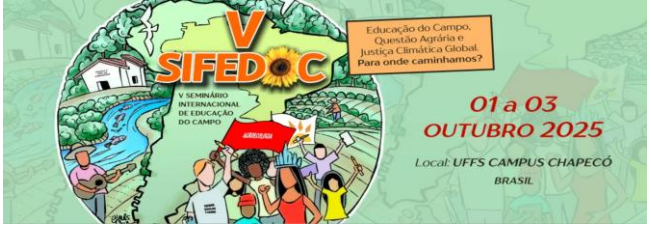
No chão de Mazagão, essa utopia se traduz em experiências concretas, nos mutirões, nos conselhos comunitários, na pedagogia que valoriza a roça, a oralidade, o tempo da lua e as histórias dos mais velhos, se escreve nos cadernos dos jovens da Escola Família Agroextrativista do Carvão, nas hortas escolares, nas oficinas de bioeconomia dos jovens, nas assembleias comunitárias e nas pequenas feiras, nas festas religiosas. É na naturalidade, que a utopia de Tomé Belo encontra corpo como afirma Acosta (2016, p. 45) "O Bem Viver não é uma utopia no sentido de algo inalcançável, mas uma construção diária, comunitária, feita de afetos, reciprocidade e respeito aos ciclos da vida. "

Dizer que Tomé sonhava, é reconhecer que ele enxergava mais longe do que os olhos permitiam. Dizer que sua utopia era real, é admitir que ele plantou e continua plantando sementes de um outro tempo, o tempo da floresta viva, da dignidade coletiva e da educação como travessia, assim afirma (Freire, 2000, p. 67)., "educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo".

Escola Família Agroextrativista do Carvão: práticas educativas e sustentabilidade vivida

No coração da floresta, entre rios, matas e saberes ancestrais, pulsa a Escola Família Agroextrativista do Carvão, espaço de aprendizado que desafia a lógica de escolas convencionais. Ali, educar não é apenas transmitir conteúdos, mas cultivar vínculos, afirmar territórios, despertar identidades e fortalecer práticas de vida sustentável. A escola não está fora da comunidade, é a própria comunidade ensinando a si mesma a continuar existindo com dignidade. "A educação ambiental deve ser um processo de reconstrução do saber, de reapropriação cultural do mundo, de resignificação da natureza e de reinvenção da vida" (LEFF, 2001, p. 217).

Inspirada na Pedagogia da Alternância, como nos ensinam Caldart (2008), González e Molina (2003), a Escola Família atua a partir da alternância entre tempo-comunidade e tempo-escola, rompendo com a rigidez do modelo urbano industrial de ensino. Ao articular o saber escolar ao saber da roça, da floresta, da pesca, da cultura popular e da ancestralidade a Escola Família do Carvão encarna uma proposta pedagógica



insurgente, reconhece o valor do conhecimento dos povos do campo como ciência legítima e fundamental para pensar o futuro.

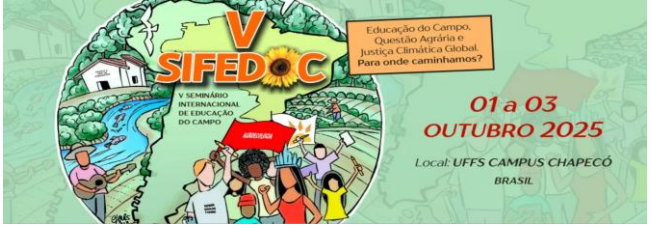
Essa proposta está diretamente conectada ao que ensina (QUIJANO, 2005, p. 121), “A colonialidade do poder impôs uma estrutura de dominação que marginaliza os saberes e práticas dos povos originários, subordinando-os a uma racionalidade eurocentrada”. A Escola Família Agroextrativista do Carvão, assim, torna-se um instrumento estratégico de enfrentamento às ameaças que cercam Mazagão, o avanço da monocultura, os interesses minerários e madeireiros os projetos de “desenvolvimento” que excluem a participação popular.

É nesse espaço que os sonhos de Tomé Belo**,** ganham forma concreta, cada projeto de pesquisa realizado pelos estudantes, cada prática extrativista realizada, cada diálogo geracional entre jovens e anciãos é uma manifestação de sua utopia viva como ele defendia. E isso se realiza, por exemplo, quando os jovens aprendem a mapear nas trilhas da floresta não apenas a biodiversidade, mas também os afetos que ligam os saberes do passado às possibilidades do amanhã.

Ao lado disso, a escola promove ações de fortalecimento da economia da floresta, estimulando iniciativas como quintais produtivos, criação de abelhas nativas, beneficiamento de frutas e sementes, e educação ambiental crítica. Essas práticas, mais do que gerar renda, criam laços com a terra, promovem autonomia e reafirmam o direito das comunidades a viver com a floresta, não apesar dela.

Para Arroyo (2012) e Caldart (2008), a educação do campo não é apenas uma política pública, mas um projeto histórico de sociedade. A Escola Família do Carvão, nesse sentido, não é uma exceção, é expressão de uma possibilidade real de outro futuro, tecido a partir da vida concreta dos povos amazônidas. Um futuro que não se mede pelo PIB, mas pela continuidade da vida, pelo tempo da natureza, pelas relações de cuidado e pela memória dos que resistem.

A sustentabilidade para os povos da floresta, se materializa no silêncio das florestas protegidas, nos sons das aves e animais, ao som das batedeiras tirando a polpa do açaí, na ciranda ao redor da fogueira, nas histórias passadas de geração em geração, na ancestralidade. Como afirma Krenak (2019, p. 32), “nossos corpos são também territórios. Quando destruímos o ambiente, perdemos a memória e o sentido



de pertencimento". A escola, enfim, é também floresta, uma floresta que ensina a sonhar com os pés no chão.

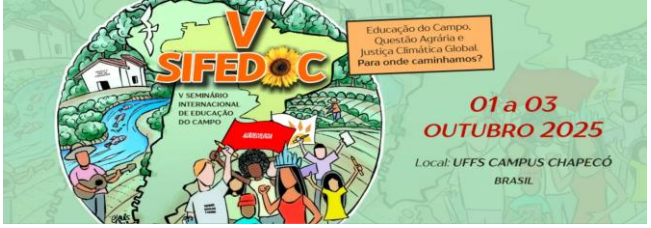
Outros mundos possíveis entre a pedagogia da alternância e o bem viver

Nosella (2012) aponta que, a vida da comunidade é ponto de partida da educação nas Escolas Famílias, revelando que, a pedagogia da alternância se constrói a partir dos ritmos próprios da terra e dos laços sociais. Essa concepção ressoa nos ciclos silenciosos da floresta, onde o tempo não corre, pulsa em comunhão com sua gente.

Nesse sentido a alternância, não é apenas uma metodologia, é uma filosofia de educação que rompe com a lógica bancária e homogênea e inaugura um tempo pedagógico plural, onde os saberes da floresta, da roça, da casa, do rio e da ciência convergem e se fortalecem mutuamente. Como afirma Caldart (2004, p. 37), a alternância educa no e para o território, porque reconhece que o campo não é ausência, mas presença de vida, de saberes e de possibilidades. É uma pedagogia dos vínculos.

Bem Viver, conceito oriundo das tradições andinas e ressignificado por diversos pensadores e comunidades latino-americanas, a proposta educativa da Escola Família do Carvão, se insere nesse horizonte, de um mundo onde a centralidade da vida supera a lógica do lucro, onde o equilíbrio com a natureza substitui a exploração desenfreada, onde a educação forma sujeitos para a autonomia, e não para a submissão, conforme destaca Dalla Rosa (2019), essa visão resgata a sabedoria ancestral dos povos indígenas e propõe uma epistemologia educativa de decolonialidade, que valoriza a alteridade e os fundamentos éticos de uma educação libertadora.

O Bem Viver, como expressa Alberto Acosta, não é um ideal utópico no sentido ocidental, é vivido no cotidiano das comunidades que plantam, colhem, celebram e aprendem juntos. É uma ética do comum, da reciprocidade. E é nesse ponto que se encontra com a alternância, ambas as propostas colocam o saber viver no centro da formação humana. Nos dizeres de Acosta (2016), trata-se de uma ruptura civilizatória que propõe "alternativas ao desenvolvimento", fundamentadas em práticas



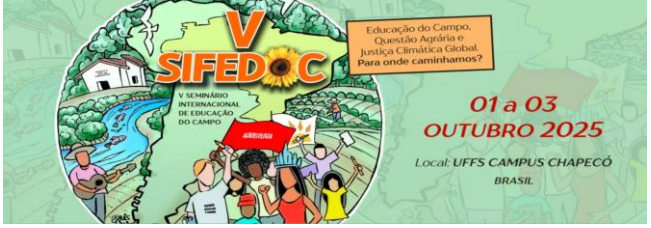
comunitárias e em uma convivência harmônica com a natureza, onde os valores da solidariedade e da reciprocidade substituem a lógica da acumulação.

Essa proposta educativa, enraizada no território e inspirada pela cosmovisão do Bem Viver, encontra profunda ressonância na perspectiva de Arroyo (2017), sobre a educação dos sujeitos históricos. São homens e mulheres do campo, das águas, das periferias, sujeitos que resistem, reexistem e reinventam sentidos para a vida. A pedagogia da alternância, não os desloca de seus mundos, mas os fortalece para que estudem com e a partir dele. O Bem Viver, por sua vez, oferece o horizonte ético e político de que esses mundos não são marginais, mas plenos de futuro, sustentados pela reciprocidade, pelo cuidado e pela centralidade.

Nos tempos de emergência climática, colapso civilizatório e crise de sentido, olhar para essas experiências é mais do que importante, é urgente. A Escola Família do Carvão, ao unir alternância e Bem Viver, ensina que, outros mundos não são apenas possíveis, já estão sendo vividos. E talvez o maior desafio do nosso tempo seja justamente aprender a reconhecê-los, respeitá-los e protegê-los. “O Bem Viver não é uma utopia, mas uma proposta civilizatória que já está sendo vivida por muitos povos originários e comunidades tradicionais. É preciso aprender com eles” (ACOSTA, 2016, p. 27).

Conclusão

A floresta que respira em Mazagão, que sussurra pelos rios do Carvão, que acolhe Pessoas, animais, escolas, comunidades, sonhos e lutas, não é apenas um cenário natural. É projeto de mundo, é civilização em si. Uma civilização que não se constrói com muros, mas com redes de cuidado, que não se mede em cifras, mas em ciclos, que não busca dominar a terra, mas conviver com ela. Neste trabalho, buscou-se tensionar a ideia dominante de desenvolvimento, compreende-se como uma forma sofisticada de colonização dos territórios e das consciências, como denunciam Milton Santos**,** Henri Acselrad**,** Nego Bispo, Krenak, Acosta, Leff, Quijano, Escobar, que destrói florestas para plantar soja, que seca rios para gerar energia, que silencia comunidades para explorar minérios e madeiras, é insustentável. É o que Ailton Krenak chama de "projeto de morte".



Em contrapartida, a utopia de Tomé Belo, nos aponta para uma educação como semeadura de mundos, onde a política é exercício de escuta e fala e os sonhos coletivos ganham forma no comum. Sua visão se enraíza na proposta de uma floresta que não seja apenas protegida, mas reconhecida como sujeito de direito, de saberes, nutrição espiritual, de sistema de justiça, de vida. A floresta é professora, é biblioteca e farmácia viva é saúde.

A Escola Família Agroextrativista do Carvão, enquanto território de práticas insurgentes, encarna essa utopia não como promessa distante, mas como realidade possível. Pois, mostra que há, sim, alternativas em curso, jovens que escolhem ficar nas suas comunidades, famílias que constroem autonomia a partir do extrativismo sustentável, educadores que enxergam o currículo como instrumento de resistência e reexistência. Portanto, mais do que combater o (des)envolvimento imposto, é necessário afirmar outros desenvolvimentos. O desenvolvimento que respeite os tempos da floresta, da terra, dos rios, e os direitos dos povos. Que celebrem o Bem Viver como forma de existir com equilíbrio, beleza e solidariedade.

A floresta não é o contrário da cidade, nem um resquício de atraso diante da modernidade. É, um horizonte onde o bem viver não exige exploração. Foi esse sonho que Tomé de Sousa Belo cultivou. É essa realidade que a Escola Família do Carvão insiste em construir, ano após ano, dia após dia. Mazagão resiste com esse saber guardado em sua floresta, sua terra, seus rios e sua gente. E ao fazer esse registro, é lutar contra o esquecimento. Afinal nos dizeres de Tomé Belo “o que chamam de floresta, eu chamo de casa”.

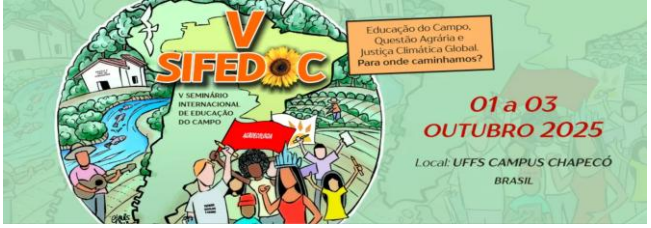
Referências bibliográficas

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ACSELRAD, H. **Desenvolvimento sustentável: entre o ambientalismo dos negócios e a emergência das alternativas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARROYO, M. **Educação popular e formação de sujeitos históricos.** São Paulo: Cortez, 2012.

BELO, T. S. **Reflexões pessoais.** Notas manuscritas. Mazagão, 2025. Acervo pessoal.



BISPO, A. **Colonialismo e quilombos: modos e significados**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

BISPO, N. **A plantação de gente: território, saberes e resistência no campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

CALDART, R. S. **Pedagogia da alternância: educação e desenvolvimento no meio rural.** Brasília: INCRA, 2008.

DALLA ROSA, L. C. Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 298–307, 2019. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/. Acesso em: 04 jul. 2025.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização e ecologia da diferença. In: ESCOBAR, A. **A invenção do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FRANCO, M. A. S. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 483-502, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

GONZÁLEZ MOLINA, M. ***Pedagogia da alternância: uma pedagogia do sujeito.*** Brasília: UnB, 2003.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** *R*io de Janeiro: Record, 2000.